

Nº	Ano	UNIDADE	CONVENENTE	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA(S) REVOGADAS
011	2019	CAO CRIMINAL	IMPrensa Oficial do Estado do Pará	José Maria Costa Lima Júnior (PJ); Mônica Cristina Gonçalves Melo da Rocha (PJ) (Suplente)	04/10/2019	07/10/2020	-

INSTRUMENTO: ACORDO DE COOPERAÇÃO

Nº	Ano	UNIDADE	CONVENENTE	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA(S) REVOGADAS
004	2019	SUPER CAO / PJ SANTARÉM	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTARÉM, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, OAB/PA-SUBSEÇÃO SANTARÉM.	Luziana Barata Dantas (PJ) (titular); Francenildo Almeida da Silva (suplente)	31/01/2019	31/01/2020	-

INSTRUMENTO: TERMO DE COOPERAÇÃO

Nº	Ano	UNIDADE	CONVENENTE	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA(S) REVOGADAS
012	2019	CAO CRIMINAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ; POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ.	José Maria Costa Lima Júnior (PJ) (Titular); Mônica Cristina Gonçalves Melo da Rocha (PJ) (Suplente).	11/10/2019	10/10/2024	-

INSTRUMENTO: TERMO DE CESSÃO DE USO

Nº	Ano	UNIDADE	CONVENENTE	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA(S) REVOGADAS
012	2019	PJ BENEVIDES	PREFEITURA DE BENEVIDES	Regiane Brito Coelho Ozanan (PJ) (titular); Emanuel Tadeu Coutinho Machado (suplente)	10/12/2018	31/01/2021	-

* É possível que a data final de vigência dos instrumentos contratuais, seja alterada posteriormente a data desta portaria mediante termo aditivo.

II - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 17 de outubro de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 486863

PORTARIA N.º 5.741/2019-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício n.º 051/2019, protocolizado sob o n.º 24738/2019, em 27/5/2019,

R E S O L V E:

I – DISPENSAR a Promotora de Justiça MÔNICA CRISTINA GONÇALVES MELO DA ROCHA da função de Coordenador da Região Administrativa Nordeste I, designada pela PORTARIA N.º 982/2019-MP/PGJ, de 19/2/2019, publicada no D.O.E. de 22/2/2019, a contar de 28/5/2019.

II – LOUVAR a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que a Doutora Mônica Cristina Gonçalves Melo da Rocha se houve no desempenho das atribuições de referida função.

III – DESIGNAR o Promotor de Justiça REGINALDO CÉSAR LIMA ÁLVARES para, sem prejuízo de suas atribuições exercer a função de Coordenador da Região Administrativa Nordeste I, no período de 28/5 a 31/12/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 30 de setembro de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 486720

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**(PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL CONFORME****ART. 15, §2º DA LEI Nº 8.666/93)****Nº DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 029/2019-MP/PA****MODALIDADE DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO 012/2019-MP/PA**

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e empresa MA-NOELA RIBEIRO ANDRADE EIRELI, pessoa (CNPJ nº 23.426.664/0001-12)

Objeto: Registro de Preços para Aquisição Eventual de Livros Nacionais, Disponíveis no Mercado Interno para o Acervo da Biblioteca Artemis Leite Da Silva e outras Unidades do Ministério Público do Estado do Pará

Data da Assinatura: 17/04/2019

Vigência: 23/04/2019 a 22/04/2020

Preços Registrados:

Item	Especificações Cota Principal do item 01 – 75% da sua quantidade original – participação aberta	Und	Qtd	Desconto Unitário (%)*
1	Livros Nacionais na área das Ciências Jurídicas e de outras áreas do conhecimento de interesse do Ministério Público do Estado do Pará.	Unidade	1.125	39,51%
Preço global estimado, com desconto, para contratação do item 01 = R\$ 54.441,00				

Item	Especificações Cota Reservada do item 01 - 25% da sua quantidade original – participação exclusiva ME/EPP	Und	Qtd	Desconto Unitário (%)*
2	Livros Nacionais na área das Ciências Jurídicas e de outras áreas do conhecimento de interesse do Ministério Público do Estado do Pará.	Unidade	375	39,51%
Preço global estimado, com desconto, para contratação do item 02 = R\$ 18.147,00				

Foro: Belém

Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins

Endereço da Contratada: Avenida Maranhão, nº 1419 – Bairro de Santa Maria, no Município de Uberaba - Minas Gerais, CEP 38.050-470, Telefone (34) 3311-1103, E-mail vendas04@lemoseandrade.com.br

Protocolo: 425846

EDITAL Nº 15/2019-MPPA

Formação de Cadastro Reserva Excepcional de estagiários de Tecnologia em Geoprocessamento para os órgãos auxiliares e/ou de execução que integram a Região Administrativa Belém I

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 67 da Lei Complementar Estadual nº 057 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 6 de julho de 2006, no art. 37 da Lei Federal nº 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e na Resolução nº 031/2013-CPJ, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público Estadual, de 5 de dezembro de 2013, torna pública a abertura de inscrições para a formação de Cadastro Reserva Excepcional de estagiários do curso de Tecnologia em Geoprocessamento, visando ao preenchimento de vagas nos órgãos auxiliares e/ou de execução que compõem a Região Administrativa Belém I.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A formação de Cadastro Reserva Excepcional, objeto do presente Edital, visa suprir as eventuais vagas de estagiário do curso de Tecnologia em Geoprocessamento nos órgãos auxiliares e/ou de execução integrantes da Região Administrativa Belém I, o qual terá validade até a homologação do resultado final da quinta seleção pública de estagiários.

1.2 O estágio não cria vínculo empregatício de nenhuma natureza entre o estagiário e o Ministério Público do Estado do Pará.

1.3 Os direitos, os deveres e as vedações do estagiário são previstos nos artigos 17 e 22 da Resolução nº 031/2013-CPJ, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, de 5 de dezembro de 2013.

1.4 O período de estágio não excederá os 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário na condição de pessoa com deficiência (PcD).

1.5 A jornada de estágio será de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, compatíveis com os horários escolar e de expediente do Ministério Público Estadual.